Sumário

Número de notícias: 26 | Número de veículos: 15

CORREIO BRAZILIENSE - ON LINE - NOTÍCIAS
REFORMA TRIBUTÁRIA
Empresários pressionam Guedes por manutenção da desoneração da folha . . . 3

VALOR ECONÔMICO - SP - BRASIL
REFORMA TRIBUTÁRIA
Projeto de tributação da renda não está maduro e tem efeitos negativos', diz Appy . . . 4

VALOR ECONÔMICO - SP - LEGISLAÇÃO E TRIBUTOS
RECEITA FEDERAL DO BRASIL
Empresas conseguem no STJ reduzir contribuição ao INSS . . . 5

O GLOBO - RJ - ECONOMIA
RECEITA FEDERAL DO BRASIL
Governo libera posto a vender gasolina de qualquer marca . . . 6

FOLHA DE S. PAULO - SP - MERCADO
SEGURIDADE SOCIAL
Onyx insiste em minirreforma trabalhista e faz críticas à CLT . . . 7

VALOR ECONÔMICO - SP - EMPRESAS
SEGURIDADE SOCIAL
Empresas abertas recomendam vacinação dos funcionários . . . 9

FOLHA DE S. PAULO - SP - PODER
SERVIDOR PÚBLICO
Regulamentação do lobby no Brasil é escanteada por Bolsonaro . . . 10

O GLOBO - RJ - ECONOMIA
SERVIDOR PÚBLICO
Momento é ruim para aprovar reformas, diz Arminio . . . 12

CORREIO BRAZILIENSE - DF - NEGÓCIOS
ECONOMIA
PIB: alta menor que 1% em 2022 . . . 13

CORREIO BRAZILIENSE - DF - OPINIÃO
ECONOMIA
Indústria depende da economia circular (Artigo) . . . 14

FOLHA DE S. PAULO - SP - OPINIÃO
ECONOMIA
Lula e a economia (Editorial) . . . 15

FOLHA DE S. PAULO - SP - OPINIÃO
ECONOMIA
A política dos troféus e banquetes - BRUNO BOGHOSSIAN . . . 16

FOLHA DE S. PAULO - SP - MERCADO
ECONOMIA
Nova rodada de revisões projeta crescimento abaixo de 1% em 2022 . . . 18

FOLHA DE S. PAULO - SP - MERCADO
ECONOMIA
Serviços avançam 1,1% em julho e atingem maior nível desde março de 2016 . . . 22

FOLHA DE S. PAULO - SP - MERCADO
TRIBUTOS - CONTRIBUIÇÕES E IMPOSTOS

Pacote eleitoreiro está encrencado (Artigo) 24

FOLHA DE S. PAULO - SP - MERCADO
ECONOMIA
Congressistas querem mudar Bolsa Família elevando gastos 25

FOLHA DE S. PAULO - SP - MERCADO
ECONOMIA
Barulho político não deixa o dólar descer, afirma Guedes 27

FOLHA DE S. PAULO - SP - MERCADO 2
ECONOMIA
Presidente do BC critica velocidade de reajustes de combustíveis da Petrobras 29

O ESTADO DE S. PAULO - ECONOMIA E NEGÓCIOS
ECONOMIA
BC diz que leva Selic "aonde precisar" e mercado reduz projeções da economia 31

O ESTADO DE S. PAULO - ECONOMIA E NEGÓCIOS
ECONOMIA
"Incerteza fiscal preocupa mais do que as eleições" 33

O GLOBO - RJ - ECONOMIA
ECONOMIA
Com alta da Selic, bancos vão aumentar juro da casa própria 35

VALOR ECONÔMICO - SP - POLÍTICA
ECONOMIA
Moderação de Bolsonaro é vista com ceticismo nos partidos 36

VALOR ECONÔMICO - SP - POLÍTICA
ECONOMIA
Lula diz que cenário atual pede um político para comandar a economia 37

FOLHA DE S. PAULO - SP - PODER
POLÍTICA
Lira e ala do centrão tentam resgatar a quarentena em reforma eleitoral 38

O GLOBO - RJ - POLÍTICA
POLÍTICA
Relatora no Senado emite parecer contrário à volta das coligações 40

VALOR ECONÔMICO - SP - POLÍTICA
POLÍTICA
Golpe de Estado "é absolutamente inviável", diz Temer 41

Empresários pressionam Guedes por manutenção da desoneração da folha

Vera Batista

O ministro da Economia, Paulo Guedes , se reuniu com representantes do setor produtivo e de trabalhadores, para discutir a prorrogação das medidas de desoneração da folha de pagamentos até 2026 - previstas para acabar em 31 de dezembro de 2021. O encontro, com a presença de empresários dos setores de comércio e serviços, teve como foco o debate de que o fim do benefício pode ser um tiro no pé para o governo, pela consequente alta no desemprego.

"Deixamos claro que os R$ 9 bilhões que o governo alega que vai perder de **impostos** serão compensados pela manutenção do emprego, da renda e do consumo das famílias", explicou Ricardo Patah, presidente da União Geral dos Trabalhadores (UGT). A previsão, segundo Patah, é de perda de 6 milhões de postos de trabalho, no curto prazo, sendo 1,5 milhão já a partir de janeiro de 2022.

O ideal, na análise do presidente da UGT, seria que a **reforma tributária** já estivesse concluída, com a simplificação dos **impostos** para os atuais 17 setores que serão onerados com a extinção do mecanismo que entrou em vigor em 2011. "Enquanto não se consegue a reforma, temos que fazer o máximo e esforço para que não haja demissões, principalmente nesse ambiente de crises sanitária e hídrica e de aumento da **inflação**. Saímos satisfeitos e a expectativa é de que a desoneração continuará", previu Ricardo Patah.

Negociações

As reuniões para discutir sobre o assunto têm sido frequentes. Tanto o Executivo quanto o Congresso estão sensíveis para a dimensão do problema. O deputado Jerônimo Goergen (PP-RS), relator do projeto na Câmara, já deixou claro que as conversas estão avançadas para se construir uma alternativa definitiva, apesar do discurso da equipe econômica de que não há espaço no orçamento para manter o benefício.

Segundo especialistas, um acordo pode acontecer em breve, porque grande parte dos empresários que defendem a continuidade da desoneração da folha de pagamento faz parte da base de apoio do presidente Jair Bolsonaro. Entre os presentes no encontro de ontem, estavam Washington Cinel, dono da empresa de segurança Gocil, Urubatan Helou, presidente Grupo Braspress e Flavio Rocha, presidente Grupo Guararapes.

Site:
http://www.correiobraziliense.com.br/economia/2021/09/4949562-empresarios-pressionam-guedes-por-manutencao-da-desoneracao-da-folha.html

Projeto de tributação da renda não está maduro e tem efeitos negativos', diz Appy

Marta Watanabe

Veja a matéria no site de origem:

https://www.valor.com.br/virador/?valor_pro=1#/edition/187006?page=1&section=1

Site:
https://www.valor.com.br/virador/?valor_pro=1#/edition/187006?page=1&section=1

Empresas conseguem no STJ reduzir contribuição ao INSS

Adriana Aguiar De São Paulo

Veja a matéria no site de origem:

https://www.valor.com.br/virador/?valor_pro=1#/edition/187006?page=1&section=1

Site:
https://www.valor.com.br/virador/?valor_pro=1#/edition/187006?page=1&section=1

Governo libera posto a vender gasolina de qualquer marca

DIMITRIUS DANTAS E BRUNO ROSA
economia@oglobo.com.br BRASÍLIA E RIO

Veja a matéria no site de origem:

https://infoglobo.pressreader.com/o-globo

Site: https://infoglobo.pressreader.com/o-globo

Onyx insiste em minirreforma trabalhista e faz críticas à CLT

Após o Senado rejeitar o pacote de medidas na área trabalhista, o ministro Onyx Lorenzoni (Trabalho e Previdência) voltou a defender a proposta e disse nesta terça-feira (14) que irá insistir no projeto de criação de novas modalidades de contrato.

"Não significa que vamos desistir dos programas que estavam ali [no pacote] inseridos", afirmou o ministro em debate na Comissão de Trabalho, de Administração e Serviço Público da Câmara.

Onyx também voltou a fazer um discurso de flexibilização da CLT. "A CLT é um importante muro de proteção para o trabalhador. [...] Esse mesmo muro é um impeditivo para o ingresso no mercado de trabalho".

Em linha com as declarações do ministro Paulo Guedes (Economia), o Onyx afirmou que os encargos previstos nos contratos de carteira assinada acabam reduzindo as oportunidades de trabalho no mercado de emprego formal.

O governo conseguiu o aval da Câmara para o projeto que ficou conhecido como minirreforma trabalhista, pois modificava a CLT (Consolidação das Leis do Trabalho) e criava três novos modelos de contratações, com menos direitos trabalhistas aos empregados.

O Senado, porém, derrubou o pacote no início de setembro.

Segundo Onyx, um dos motivos da decisão da maioria dos senadores foi um "desentendimento de ordem política entre as duas Casas".

O clima político acirrado e a atuação de entidades do Sistema S contra a proposta são apontados como fatores que culminaram na derrota dos planos de Onyx e de Paulo Guedes (Economia), segundo membros desses ministérios.

No projeto que foi à votação, o Sistema S perderia arrecadação. Esse seria uma das formas de bancar parte dos custos de contratação de jovens que ganhariam uma bolsa em troca de um contrato sem vínculo empregatício e que exige qualificação profissional.

Integrantes do governo querem insistir numa agenda de programas trabalhistas a serem encampados por Onyx, recém nomeado para o cargo. Ele é próximo do presidente Jair Bolsonaro (sem partido)

Uma remodelagem dos programas, principalmente em relação ao financiamento dos gastos, será avaliada.

O Senado já barrou dois pacotes trabalhistas desde o início do governo Bolsonaro.

Dos três programas trabalhistas defendidos por Onyx, um deles é chamado de Requip (regime de qualificação profissional). A medida era voltada para jovens, desempregados e pessoas carentes.

O plano previa a criação de bônus (bolsa) de até R$ 550 por mês pago ao trabalhador em treinamento. O contrato estaria vinculado a um curso de qualificação profissional. Após um ano, o trabalhador teria direito a um recesso remunerado de 30 dias. Mas sem previsão de 13º pagamento da bolsa nem de FGTS.

Outro tipo de contratação que estava previsto foi pedido por Onyx, chamado de Programa Nacional Prestação de Serviço Social Voluntário. Ele permitiria que prefeituras contratassem temporariamente pessoas para serviços.

Dos três programas do projeto aprovado, o único que previa vínculo empregatício era o Priore (Programa Primeira Oportunidade e Reinserção no Emprego). Férias e 13º estariam garantidos.

Mas, nesse tipo de programa, haveria uma redução do recolhimento para o FGTS dos empregados --ideia semelhante à carteira Verde e Amarela, que foi rejeitada pelo Senado no ano passado.

Segundo o governo, os programas poderiam gerar 3 milhões de novas vagas. Mas, nem todos esses contratos seriam contabilizados como emprego formal.

Nesta terça, durante o debate na Câmara, o ministro do Trabalho e Previdência também apresentou medidas a serem adotadas para reduzir a fila de espera no **INSS** (Instituto Nacional do Seguro Social), que atualmente está em cerca de 1,8 milhão de pedidos.

O plano prevê a ampliação do número de servidores e da produtividade na análise dos requerimentos de benefícios previdenciários, como aposentadorias, pensões, salário-maternidade e auxílio-doença.

Além disso, o ministro quer ampliar a concessão automática de benefícios, ou seja, que o pedido seja aprovado pela análise de um sistema quando o requerimento já contar com todas as informações e documentos necessários.

Outra medida é a parceria com cartórios para acelerar a concessão de salário-materinidade e pensão por morte.

Com isso, Onyx espera reduzir significativamente a fila até o início de 2022.

Site:
https://acervo.folha.com.br/digital/leitor.do?numero=49669

Empresas abertas recomendam vacinação dos funcionários

Veja a matéria no site de origem:

https://www.valor.com.br/virador/?valor_pro=1#/edition/187006

Site: https://www.valor.com.br/virador/?valor_pro=1#/edition/187006

Regulamentação do lobby no Brasil é escanteada por Bolsonaro

Uma das prioridades dentro do plano anticorrupção lançado pelo governo federal no fim de 2020, o projeto que regulamenta o lobby no Brasil foi deixado em segundo plano pela gestão do presidente da República Jair Bolsonaro (sem partido).

Desde março deste ano, o governo federal vem adiando o envio de texto sobre o tema ao Congresso Nacional.

No bastidor, há relatos de um embate entre a CGU (Controladoria-Geral da União) e o Ministério da Economia para definir quem teria controle das informações envolvendo as atividades de lobby, consideradas de interesse para ajudar a desenhar políticas.

O plano anticorrupção estabeleceu prazo até 15 de março deste ano para a apresentação de um projeto de lei para regulamentar a representação privada de interesses, atividade também conhecida como relações institucionais e governamentais ou lobby.

Na apresentação do plano, o governo afirma que é necessária a atuação de indivíduos e grupos de interesse com o objetivo de influenciar decisões do setor público.

Nesse contexto, argumenta que é preciso haver transparência e ética para existir uma separação entre a representação legítima e atividades obs curas e corruptas.

Com o descumprimento do prazo, o governo prometeu a representantes do setor que acompanham a discussão enviar o texto até 31 de maio. Depois, o envio foi previsto para o fim de setembro.

"A gente está na expectativa de que até o fim do mês, se houver o cumprimento desse segundo adiamento, saia alguma coisa", afirma Carolina Venuto, presidente da Abrig (Associação Brasileira de Relações Institucionais e Governamentais).

Apesar de elogiar a decisão do governo de incluir o tema entre suas prioridades, ela critica a demora em enviar o texto. "Esses sucessivos adiamentos sem muita explicação geram uma insegurança, razão pela qual a gente também passou a dialogar com o Legislativo", diz Venuto.

A regulamentação do tema é apoiada pelo presidente da Câmara, Arthur Lira (PP-AL). Em evento no final do mês passado, ele falou sobre o assunto ao citar o lobby dos funcionários públicos para barrar a reforma administrativa.

"E é lícito o lobby. Eu inclusive defendo que nós deveríamos votar esse projeto para regulamentar de uma vez por todas o lobby no Brasil, para que ficasse bem claro dentro das dependências do Congresso Nacional quem defende interesse de quem, quem é responsável por defender esses interesses", disse.

Tramita na Casa um projeto protocolado em 2007 pelo deputado Carlos Zarattini (PT-SP) para regulamentar a atividade. O texto original diz que caberá à CGU credenciar as entidades de lobby.

Além disso, propõe que os lobistas credenciados deverão encaminhar ao TCU (Tribunal de Contas da União), até o dia 31 de dezembro de cada ano, relatório que discrimine suas atividades, natureza das matérias de seu interesse e gastos no último ano referentes à atuação junto a órgãos da administração.

A Folha também teve acesso a versões de minutas do projeto elaboradas pela CGU e pelo Ministério da Economia.

Ambas têm pontos em comum, ao reconhecer "o caráter legítimo e democrático" dessas atividades, observando limites legais.

As minutas também definem que, antes de audiências de defesa do interesse privado, é obrigatório o registro da identificação dos participantes, dos clientes, a descrição do assunto e o objetivo.

No texto da Economia, há um dispositivo que estabelece que a pessoa que deixar um cargo público não poderá atuar como lobista nos seis meses seguintes à saída do posto. O descumprimento será tido como conflito de interesse.

O secretário de Advocacia da Concorrência e Competitividade do Ministério da Economia, Geanluca Lorenzon, que participa das discussões, atribuiu o atraso na apresentação do projeto ao processo de tramitação do texto dentro do governo antes do envio

ao Congresso. "É o período de trâmite formal dentro dos sistemas do governo federal. Algumas áreas são mais lentas que outras." Ele afirmou que o texto é essencial para a adesão do Brasil à OCDE (Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico) e que a implementação do plano impactará positivamente a posição do país no ranking do órgão que avalia a qualidade regula tória. O Brasil está na posição 47 na lista de 49 países.

Lorenzon negou que haja divergência entre o Ministério da Economia e a CGU. Sobre as alegações de que o projeto poderia engessar o trabalho dos lobistas, o secretário afirmou que o principal objetivo da medida é regulamentar a interação entre a administração pública e essa atividade, e não regular a profissão.

"Nosso receio é, inclusive, que o Congresso transforme o pro je to de lei em uma regulamentação profissional, que é o oposto do que buscamos." Venuto, da Abrig, expressa preocupação. "O assunto na CGU nos parece bem maduro, mas as discussões no Ministério da Economia talvez possam abarcar ideias muito burocratizantes", afirma.

"A gente precisa ter uma legislação que tenha força, mas que seja possível de ser seguida. Transparência é importante, mas ela não pode tornar a atividade inviável." Ela critica alguns pontos do projeto de Zarattini, em especial a forma como é proposta a prestação de contas ao TCU.

"Nenhuma outra profissão liberal envia relatório para o TCU. Segundo, isso nem sempre poderia ser cumprido pelos pequenos. Em vez de o ônus dessa transparência ser do profissional, é mais fácil centralizar as informações em um órgão de controle", diz.

Líder do Novo na Câmara, o deputado federal Paulo Ganime (RJ) defende a regulamentação da profissão sem amarras excessivas à sua atuação.

"A atividade deve ser regulamentada, mas sem burocracias que incentivem práticas não republicanas ou a clandestinidade. Esse regramento não pode ser usado para criar uma reserva de mercado", afirmou. Bernardo Caram e DB

"A gente está na expectativa de que até o fim do mês, se houver o cumprimento desse segundo adiamento, saia alguma coisa.

[...] Esses sucessivos adiamentos sem muita explicação geram uma insegurança, razão pela qual a gente também passou a dialogar com o Legislativo" Carolina Venuto presidente da Abrig (Associação Brasileira de Relações Institucionais e Governamentais)

Site:
https://acervo.folha.com.br/digital/leitor.do?numero=49669

Momento é ruim para aprovar reformas, diz Arminio

JOÃO SORIMA NETO joao.sorima@sp.oglobo.com.br

Veja a matéria no site de origem:

https://infoglobo.pressreader.com/o-globo

Site: https://infoglobo.pressreader.com/o-globo

PIB: alta menor que 1% em 2022

» FERNANDA FERNANDES

O Itaú Unibanco revisou para baixo as projeções para o crescimento econômico brasileiro. Para este ano, a instituição reduziu o avanço do Produto Interno Bruto (**PIB**) do país de 5,7% para 5,3%. Já para 2022, a estimativa foi enxugada em dois terços do valor anterior, de 1,5% para 0,5%. O relatório do Itaú, divulgado, ontem, para clientes, demonstra os impactos da crise política na economia.

Segundo o Itaú, as projeções foram reduzidas mesmo considerando o avanço da campanha de vacinação, que deverá recuperar o ritmo de parte da atividade econômica ainda este ano. "O principal risco a considerar é o surgimento de variantes do vírus que afetem a eficácia das vacinas aqui aplicadas", ressalta a instituição.

O aumento da taxa básica de juros, a Selic, atualmente em 5,25% ao ano, deverá pesar para o crescimento menor da economia, na estimativa do Itaú. A instituição prevê que o BC promoverá mais três aumentos de 1 ponto percentual na taxa, neste ano, e um quarto aumento, de 0,75 ponto, que fará com que a Selic alcance 9% anuais em 2022.

Ontem, em um evento promovido pelo BTG Pactual, o presidente do Banco Central, Roberto Campos Neto, disse que, diante da aceleração dos índices de **inflação**, não haverá limites para a elevação da taxa básica de juros. "Vamos levar a Selic até onde precisar, mas não vamos reagir sempre a dados de alta frequência", disse.

O Itaú Unibanco é mais uma instituição financeira a engrossar o coro daquelas que estimam crescimento econômico abaixo de 1% em 2022. O JP Morgan projeta avanço de 0,9%. A MB Associados fala em incremento do **PIB** de apenas 0,4%. Já o Banco Haitong prevê 1% e o Banco Safra, 1,1%.

CORREIO BRAZILIENSE / DF - OPINIÃO - pág.: A11. Qua, 15 de Setembro de 2021
ECONOMIA

Indústria depende da economia circular (Artigo)

Rodrigo Clemente

Em 2020, a indústria de bebidas vivenciou um cenário de grande preocupação. A produção nacional cresceu de 6% a 7% no final de 2020, porém era esperado um crescimento maior, que não foi possível por conta da escassez de matéria-prima para a embalagem. As empresas encontraram dificuldades para atender o consumidor final e muitas tiveram que importar quase 30% de sua necessidade a um preço superelevado. Já outras tiveram que optar pelo alumínio, que teve uma alta de quase 24% do seu valor. Pelo que se sabe, não se trata de um novo contexto para os recipientes de vidro. Desde 2018, a fabricação nacional não consegue atender o aumento do consumo da indústria cervejeira e vinícola. Com a pandemia, essa situação se agravou. O medo e a incerteza de um futuro desconhecido provocado pela covid-19, fizeram com que os fabricantes de cerveja, vinhos e refrigerantes freassem a compra de embalagens por receio de uma diminuição na venda de produtos. Porém o que aconteceu foi que o consumo de bebidas aumentou quase 100% neste período. Além disso, os itens eram comprados em supermercados e não em restaurantes e bares, dificultando a volta do insumo para as fábricas e ocasionando um descarte maior de garrafas.

A alta do dólar ante o real também foi um fator de grande impacto. Sendo assim, a importação de vidro ficou inviável, pois se ela fosse realizada com a cotação atual, o consumidor pagaria essa conta com o aumento no preço do produto. O que seria muito complicado, principalmente neste momento em que o desemprego e **inflação** no país batem recordes. Por conta de todos esses fatores é que a reciclagem é tão importante e necessária. O vidro é um material 100% reciclável, ele leva 4 mil anos para se decompor e pode ser reutilizado infinitas vezes.

Se pensarmos de uma maneira lógica, não seria necessário comprar matéria-prima, pois temos garrafas fabricadas o suficiente que podem ser reutilizadas, gerando uma economia circular favorável.Além desse modelo abastecer um mercado necessitado, também estamos falando de sustentabilidade. A volta do vidro como recipiente é a realidade de um mundo que respeita a natureza. O uso desnecessário de plástico causa um impacto negativo e danos irreversíveis para o planeta. Por muito tempo, para comprar um refrigerante ou uma cerveja você precisava trocar por uma garrafa vazia, trocar o que já está usado por um novo. Basicamente é isso que estamos falando, como se fosse um ciclo, onde não há espaço para o desperdício. Além de ser favorável ao meio ambiente, é um mercado em ascensão acelerada, pois ele assiste a uma necessidade de grandes indústrias de bebidas, principalmente em um momento de alta do dólar e de grande procura.

Com o assunto ESG em discussão, muitas empresas já estão optando por fazer parte de negócios que respeitem o meio ambiente. As marcas querem ter seus nomes atrelados a projetos sustentáveis, como são os casos da Heineken e da Coca-Cola que já entenderam a importância de cuidar e preservar a natureza. Por isso, hoje já se beneficiam dessa estrutura circular de comércio, investindo em projetos que fazem a recolha do casco e a reciclagem do insumo. O reaproveitamento do vidro é um negócio que tem todos os motivos para se desenvolver. Sustentável, cria emprego e supre a necessidade da indústria. Projetos assim geram consequências sociais e ambientais efetivas, por isso, é um modelo que podemos e devemos investir mais. Um assunto que ainda vamos ouvir falar bastante!

Empreendedor e fundador da JVMC, dona da BLZ Recicla, uma empresa que atua em todo o ciclo de recuperação do vidro e fundador da BLZ Recicla

Lula e a economia (Editorial)

Em entrevista à Folha, o economista Edmar Bacha apontou que Jair Bolsonaro representa um risco para a democracia, e Luiz Inácio Lula da Silva, para a economia do país. Rebatido em artigo dos petistas Aloizio Mercadante e Guilherme Mello, Bacha decerto tocou em um ponto sensível para o partido.

Não sem muita resistência interna, o PT abraçou a racionalidade econômica na campanha presidencial de 2002, com a célebre "Carta ao Povo Brasileiro", e na maior parte dos dois mandatos de Lula, quando foram mantidos o equilíbrio orçamentário, o controle da **inflação** e o respeito aos contratos.

É curioso que a mitologia petista amplifique os feitos daquele período -aceleração do crescimento, redução da pobreza, acúmulo de reservas em dólar- sem destacar que a agenda de então incluía reforma da Previdência, superávits orçamentários e autonomia de fato do Banco Central.

O partido prefere louvar políticas que começaram a ser adotadas ainda sob Lula e marcaram o governo Dilma Rousseff, como o relaxamento da austeridade fiscal (que se fez acompanhar de embustes orçamentários), a distribuição de subsídios e o intervencionismo.

Nesse caso, omitem-se os resultados catastróficos obtidos, ou estes são atribuídos a razões outras.

Tergiversa-se ainda sobre a tardia e atabalhoada tentativa de correção de rumos no segundo e inconcluso mandato dilmista.

Seria também desonesto, claro, atribuir todos os êxitos de Lula à agenda liberal, e o fracasso de Dilma apenas ao estatismo -o ambiente internacional, para ficar no exemplo mais importante, ajudou o primeiro e prejudicou a segunda.

A questão é outra: todo esse histórico de idas e vindas suscita enormes incertezas sobre como um novo governo do partido trataria a área de impacto mais imediato no bem-estar da sociedade.

O PT parece apostar mais uma vez na ambiguidade. Acena com moderação e pragmatismo a setores políticos e empresariais, enquanto mantém as velhas promessas às bases ideológicas e corporativistas. Por mais habilidoso que já tenha se mostrado seu líder, esse será um equilibrismo difícil.

A situação orçamentária do governo é hoje muito mais grave que a de duas décadas atrás, em grande parte devido à gestão Dilma. A precária estabilidade dos últimos anos depende da confiança em um programa gradual de ajuste dos gastos e controle da dívida pública.

Como bem sabe o presidenciável petista, em economia as consequências não esperam os fatos - bastam as expectativas.

Site:
https://acervo.folha.com.br/digital/leitor.do?numero=49669

A política dos troféus e banquetes - BRUNO BOGHOSSIAN

BRUNO BOGHOSSIAN

No fim da tarde, algumas das principais autoridades do país interrompe ram suas agendas para buscar um troféu no Planalto. Se o país atravessasse uma fase normal, aquele seria um desperdício de tempo e dinheiro. Numa situação com 14 milhões de desempregados, **inflação** em disparada e uma crise política permanente, foi um despropósito completo.

Os chefes do Congresso e um ministro do STF foram agraciados com um prêmio para quem se destacou na área das comunicações. Pode não ser fácil apontar feitos de Arthur Lira, Rodrigo Pacheco e Dias Toffoli no setor, mas os três cumpriram com excelência papéis de figurantes na encenação de normalidade após as ameaças autoritárias do presidente.

As elites de Brasília reinstalaram a política de acomodações que, ao longo dos últimos anos, deixou o caminho livre para Bolsonaro sabotar políticas públicas e ameaçara democracia. Uma semana depois do showmício golpista, elas estiveram sentadas ao lado do presidente e discutiram o projeto do governo para estimular a navegação de cabotagem.

Na cerimônia de entrega do prêmio, Bolsonaro vestiu a fantasia. Disse que formava "um só corpo" com STF e Congresso, enalteceu o centrão e alegou que muitas vezes erra "no palavreado". Para não perder o costume, elogiou as Forças Armadas e citou o artigo 142 da Constituição, que ele gosta de usar nos acenos intervencionistas à sua base radical.

Há muita gente disposta a acreditar que o presidente seguirá o roteiro de Michel **Temer**. Autor da nota em que Bolsonaro pedia uma trégua ao STF, o emedebista foi o centro das atenções de um jantar em que figuras da política e da economia gargalhavam da imitação de um Bolsonaro que falava em mandar um ministro do tribunal para o pau de arara.

O movimento dos últimos dias acalmou investidores e satisfez políticos interessados em gerenciar as crises fabricadas pelo presidente. O país voltou ao velho modelo em que poderosos e endinheirados apostam que podem tutelar Bolsonaro. Os prejuízos desse jogo estão aí.

Site:

https://acervo.folha.com.br/digital/leitor.do?numero=49669

Nova rodada de revisões projeta crescimento abaixo de 1% em 2022

Douglas Gavras

As incertezas aumentadas pela crise política, desemprego, **inflação** e risco de falta de energia têm feito com que os economistas reduzam ainda mais as projeções de crescimento da economia para o ano que vem.

Analistas que há algumas semanas estimavam uma alta acima de 2% do **PIB** (Produto Interno Bruto) para 2022 agora já avaliam que o crescimento pode ficar abaixo de 1%.

O Itaú Unibanco, por exemplo, que projetava um crescimento de 1,5%, revisou o avanço para 0,5% em 2022. Para este ano, a projeção também caiu -de 5,7% para 5,3%.

"Projetamos desaceleração do crescimento do **PIB** para 2022, uma vez que os fatores que impulsionaram o crescimento deste ano estão se esgotando. A revisão decorreu principalmente da nossa expectativa de taxa de juros mais elevada", diz o banco.

O Itaú Unibanco também vê uma desaceleração do setor industrial global e queda de preços de commodities ano que vem. "Por último, a atividade econômica não se beneficiará mais do impulso advindo da reabertura do setor de serviços, algo que, na nossa visão, ficará restrito ao segundo semestre deste ano", diz texto da instituição.

Os economistas do banco também citam os efeitos da crise hídrica sobre a **inflação** e ressaltam temor de que um possível descumprimento do teto de gastos no ano que impacte no câmbio.

O Banco JP Morgan, que antes também projetava 1,5% de crescimento para o ano que vem, revisou a expectativa para 0,9%.

A MB Associados é outra casa de análise que trouxe cenários mais pessimistas para o ano que vem. Antes, trabalhava com crescimento de 1,4% para o **PIB** de 2022, mas revisou as estimativas para 0,4%, segundo antecipou para a Folha.

"Isso se dá por efeito da crise, que não tem solução de curto, com a piora da **inflação** e dos juros empurrando a economia para baixo ano que vem", explica o economista-chefe da MB, Sergio Vale.

Para o ano que vem, a consultoria prevê uma queda de 1,4% no desempenho da indústria, com destaque negativo para a indústria de transformação (-1,9%) e para a construção civil (-2,1%). O destaque positivo deve ser da agropecuária, com avanço esperado de 5%.

Na mesma linha, o Safra já havia mudado suas projeções para 2022, de 1,5% para 1,1%. O Haitong também alterou seus indicadores, de 1,5% para 1%.

Nesta terça-feira (14), os economistas da XP também revisaram suas estimativas para o ano que vem, mas com um tom mais otimistas que outras instituições. Agora, esperam um crescimento de 1,3%, ante 1,7% na projeção anterior.

"O aumento das tensões políticas nas últimas semanas torna o quadro mais complexo. Um possível desfecho pode conter mudanças arriscadas na estrutura do teto de gastos para acomodar mais despesas discricionárias", diz relatório da XP.

A equipe econômica da XP atribui a revisão aos efeitos da política monetária mais apertada, com aumento dos juros básicos para tentar conter a **inflação**, e as incertezas crescentes para a economia no ano que vem.

"Incertezas e volatilidade pesam sobre a atividade econômica em 2022. No curto prazo, a atividade vai bem e esperamos 5,3% de crescimento este ano. Mas o ano que vem ainda preocupa", diz o economista-chefe da XP, Caio Megale.

"Podemos ter algum crescimento no primeiro trimestre de 2022 e um resultado perto de zero nos próximos trimestres do ano."

Outra fonte de preocupação dos economistas no ano que vem é a crise hídrica, que afeta os reservatórios das hidrelétricas e eleva o risco de racionamentos e apagões.

Segundo cálculos de economistas da XP, um racionamento de energia que reduza em 10% o consumo de eletricidade por um ano poderia tirar 1,2 ponto percentual do **PIB** brasileiro de 2022 e zerar o

crescimento do país.

Há também outros riscos no horizonte, como uma proposta de Orçamento que não fica de pé, o que sempre coloca mais dúvidas sobre a questão fiscal, completa Megale, além das incertezas políticas.

Nesse cenário, a XP também elevou a projeção para a taxa de câmbio, de R$ 4,90 para R$5,20 no final deste ano. Para o final de 2022, ajustaram de R$ 4,90 para R$ 5,10.

Além disso, a pressão sobre a **inflação** corrente está se mostrando mais persistente e disseminada, lembra a consultoria. "Este fato, aliado ao aumento das incertezas fiscais, nos levou a elevar a projeção de taxa Selic, os juros básicos, ao final do ciclo de aperto monetário para 8,50% (antes em 7,25%)", afirma relatório da XP.

Em conversa com investidores na última sexta-feira (10), o ministro da Economia, Paulo Guedes, afirmou que a escalada nos preços é uma "sombra" que paira sobre o governo. A XP segue nessa mesma linha. "Acho que estamos no pior momento da **inflação**, mas vai começar a desacelerar gradualmente e encerrar o ano em volta de 8%, entre 7,5% e 8%", diz Megale.

Em agosto, o IPCA (Índice de Preços ao Consumido Amplo) registrou a maior alta para o mês em 21 anos, de 0,87%, divulgado na semana passada. Em 12 meses, o índice chegou a 9,68%.

Os economistas também alertam para uma desaceleração da economia global no ano que vem, o que prejudicaria a recuperação do Brasil. Os preços de commodities pararam de subir, e alguns deles estão caindo, como o minério de ferro, lembra Megale.

Esse ambiente internacional pior tende a ter dois efeitos para Brasil. Prejudica o crescimento, mas pode contribuir para uma desaceleração da **inflação** no Brasil no ano que vem.

"Projetamos agora **inflação** em 8,4% em 2021 (ante 7,7%) e 4,2% em 2022 (ante 3,9%). A **inflação** corrente segue alta e mostra repasse para itens mais inerciais, como serviços", diz o relatório do Itaú Unibanco, assinado pelo economista-chefe Mário Mesquita.

Os analistas de mercado ouvidos pelo Boletim Focus, do Banco Central, também têm revisado para baixo as perspectivas de aumento do **PIB** no ano que vem. Há um mês, esperavam um avanço de 2,05; agora, trabalham com 1,72%.

Racionamento pode zerar alta do **PIB** em 2022, diz XP

Um racionamento de energia que reduza em 10% o consumo de eletricidade por um ano poderia tirar 1,2 ponto percentual do **PIB** brasileiro de 2022 e zerar o crescimento do país, de acordo com cálculos de economistas da XP.

Para o ano que vem, a XP reduziu as previsões de crescimento do **PIB** de 1,7% para 1,3%, pelos efeitos da política monetária mais apertada e das incertezas crescentes, com o cenário eleitoral se aproximando e uma perspectiva de desaceleração da economia internacional.

Um racionamento forte no ano que vem, portanto, poderia praticamente zerar as expectativas de crescimento e até aumentar os risco de uma recessão em 2022.

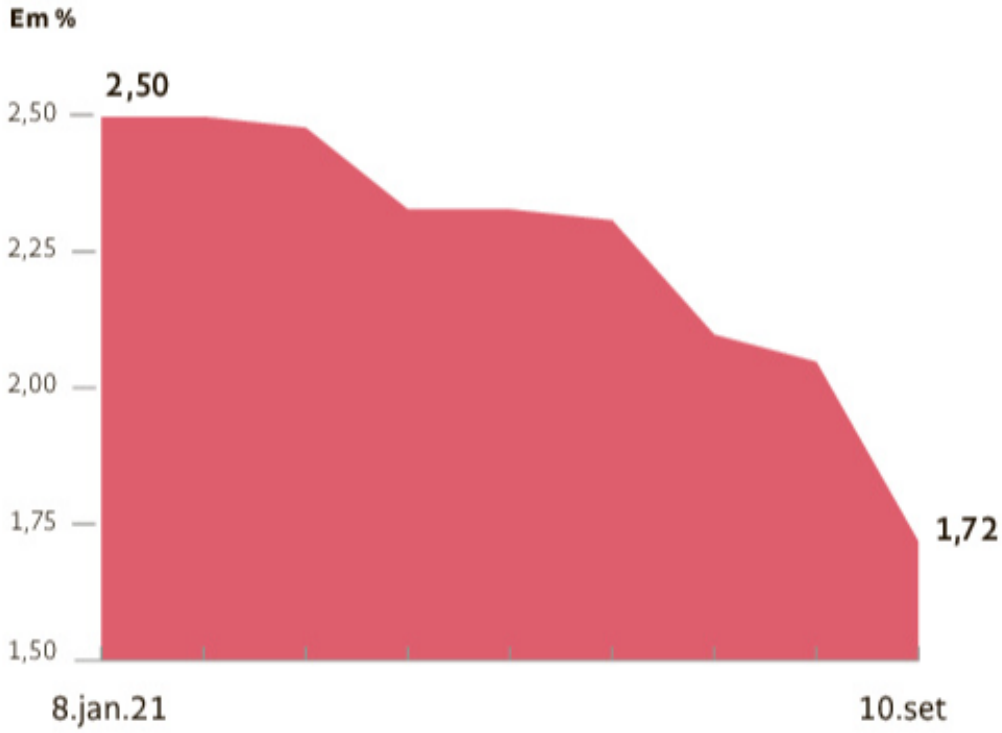
Apesar dos demais fatores de risco, a crise hídrica, que levou a uma baixa dos reservatórios das usinas hidrelétricas, é o fator que mais preocupa os economistas agora.

Há um risco de racionamento de até 30%, o que seria a principal ameaça para a atividade doméstica no ano que vem, além de uma desaceleração da economia global que já é vista, dizem os economistas Caio Megale e Rodolfo Silva, da XP. DG

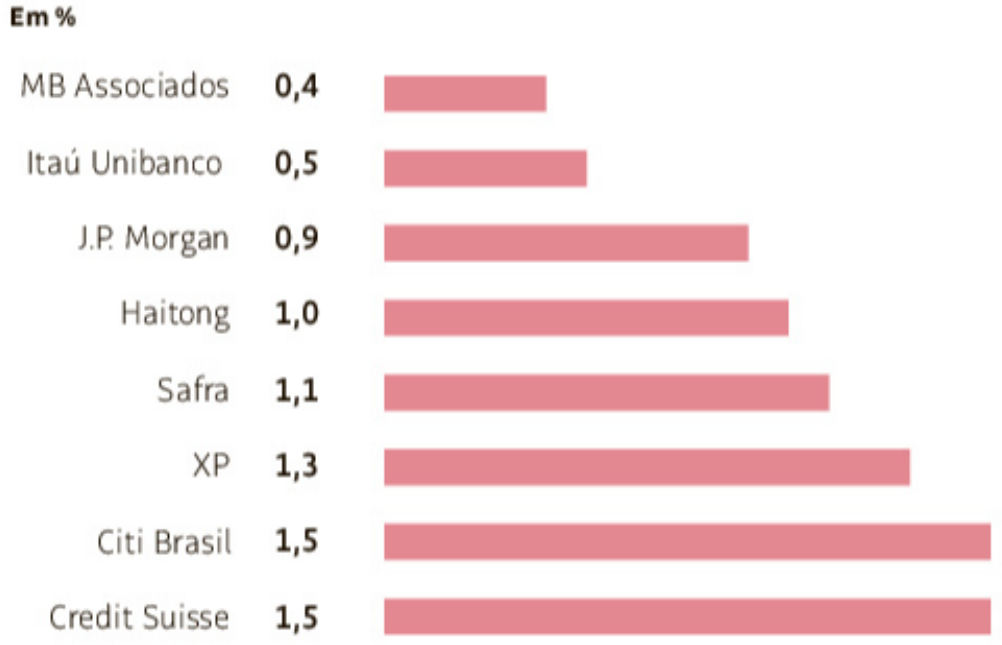
Site:
https://acervo.folha.com.br/digital/leitor.do?numero=49669

Mais pessimista

Evolução do PIB em 2022, pelo Boletim Focus



Estimativas recentes para o PIB de 2022

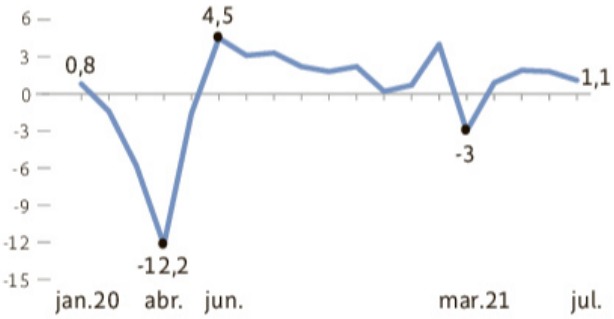


Fontes: Boletim Focus (BC) e instituições

Desempenho de serviços

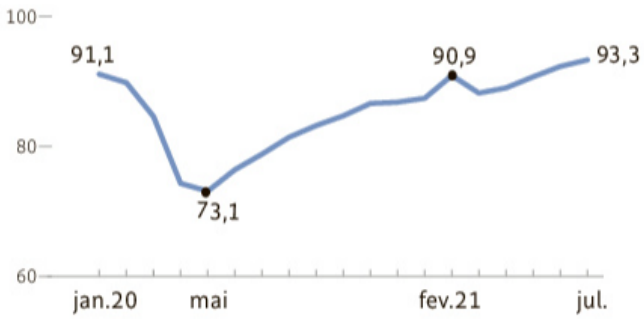
Variação em relação ao mês anterior

Em %



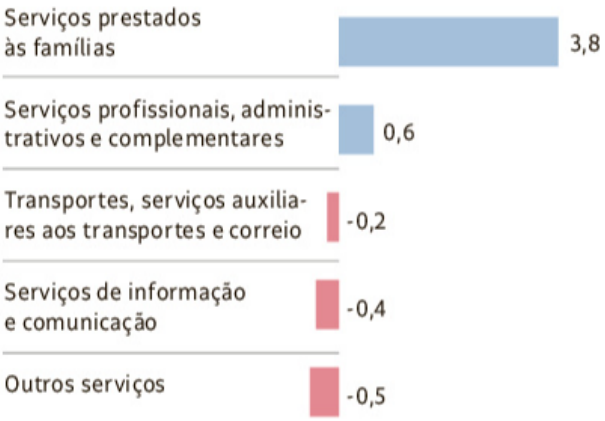
Evolução, em pontos

Base = 100



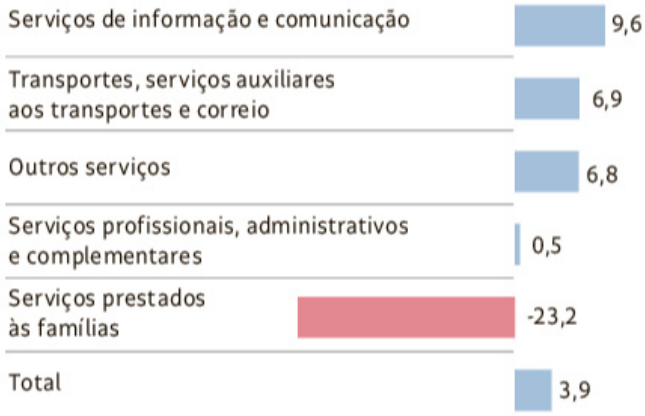
Atividades de serviços

Variação em jul.21, ante jun.21, em %



Distância em relação ao pré- pandemia

Diferença frente ao nível de fev.2020, em %



Fonte: IBGE

Serviços avançam 1,1% em julho e atingem maior nível desde março de 2016

Leonardo Vieceli

Estimulado por restrições menores a atividades, o volume do setor de serviços no país avançou 1,1% em julho, na comparação com junho. O resultado foi divulgado nesta terça-feira (14) pelo IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística).

Com o desempenho, o setor de serviços está 3,9% acima do nível pré-pandemia, de fevereiro de 2020. Também alcançou o patamar mais elevado desde março de 2016. Contudo, ainda está 7,7% abaixo do recorde histórico, alcançado em novembro de 2014.

Entre janeiro e julho de 2021, o setor acumulou alta de 10,7%. Em período maior, de 12 meses, houve elevação de 2,9%.

A alta de 1,1% em julho foi acompanhada por duas das cinco atividades investigadas. Serviços prestados às famílias subiram 3,8%, acumulando ganho de 38,4% entre abril e julho, enquanto serviços profissionais, administrativos e complementares avançaram 0,6%, com crescimento de 4,3% nos últimos três meses.

"Essas duas atividades são justamente aquelas que mais perderam nos meses mais agudos da pandemia. São as atividades com serviços de caráter presencial que vêm, paulatinamente, com a flexibilização e o avanço da vacinação, tentando recuperar a perda ocasionada entre março e maio do ano passado", explicou Rodrigo Lobo, analista da pesquisa do IBGE, em nota.

Conforme o IBGE, nos serviços prestados às famílias, o destaque em julho foi para o desempenho dos segmentos de hotéis, restaurantes, serviços de buffet e parques temáticos, que costumam crescer no mês devido às férias escolares. Já nos serviços profissionais, administrativos e complementares, o destaque foi para as atividades jurídicas, serviços de engenharia e soluções de pagamentos eletrônicos.

Em julho, os três ramos que tiveram baixa foram serviços de informação e comunicação (-0,4%), transportes, serviços auxiliares aos transportes e correio (-0,2%) e outros serviços (-0,5%).

Mesmo com o avanço no sétimo mês do ano, os serviços prestados às famílias ainda operam 23,2% abaixo do patamar de fevereiro de 2020. É a única das cinco atividades que ainda não superou o nível pré-pandemia.

O IBGE ainda informou que, em relação a julho de 2020, o volume de serviços cresceu 17,8%. Analistas consultados pela agência Bloomberg projetavam uma alta de 18% nessa base de comparação.

Ao longo da pandemia, a prestação de serviços diversos foi bastante prejudicada no país. Isso ocorreu porque o setor reúne atividades que dependem da circulação de clientes, do contato direto e de aglomerações. Hotéis, bares, restaurantes e eventos fazem parte dessa lista.

Serviços ligados à área de tecnologia e informação, por sua vez, tiveram estímulo com o isolamento social para frear o coronavírus.

Agora, com a vacinação contra a Covid-19 e a reabertura da economia, as atividades que precisam do contato direto com clientes apostam em uma melhora dos negócios. Fatores como o desemprego e a **inflação** em alta, por outro lado, desafiam a retomada consistente desses segmentos.

"O setor de serviços não é exclusivamente voltado para as famílias. É possível oferecer serviços para famílias, empresas e governo. A **inflação** e o desemprego de fato são impeditivos para as empresas que prestam serviços às famílias. As famílias em geral têm restrições orçamentárias, mas as de baixa renda, proporcionalmente, consomem menos serviços do que as das classes média e alta", ponderou Lobo.

Em relatório, o Banco Original afirmou que a alta de 1,1% do setor em julho veio em linha com as expectativas do mercado. "O resultado reforçou a sinalização de avanço da atividade econômica no terceiro trimestre do ano e especialmente a mensagem de recuperação do setor em meio à reabertura das atividades econômicas e ao avanço da vacinação contra a Covid-19 no país", emendou o banco.

O Goldman Sachs também associou a alta do setor a questões como o aumento da mobilidade e o avanço da imunização. No entanto, a instituição citou riscos para os próximos meses, que incluem a aceleração da

inflação, juros mais altos e ruídos e incertezas na área política.

Além de apresentar o desempenho de serviços, o IBGE também já divulgou os balanços de outros dois indicadores setoriais referentes a julho: produção industrial e vendas do comércio.

Conforme o instituto, a produção das fábricas caiu 1,3% frente a junho. Já o comércio subiu 1,2%.

Site:
https://acervo.folha.com.br/digital/leitor.do?numero=49669

Pacote eleitoreiro está encrencado (Artigo)

Vinícius Torres Freire Jornalista, foi secretário de Redação da Folha. É mestre em administração pública pela Universidade Harvard (EUA)

Jair Bolsonaro tirou uns dias de férias de sua ocupação principal, que é fazer campanha de reeleição e de golpe. Talvez um dos motivos da folga, do "recuo", seja a necessidade de fazer arranjos para 2022, gambiarras fiscais e econômicas que o ajudem a conseguir uns pontos extras de popularidade. Não vai ser fácil, mesmo com mutreta orçamentária ou maluquice fiscal com apoio do ministério da Economia.

Outro motivo das férias golpistas é esperar para ver se o Supremo vai aliviar as dívidas da família com a Justiça. Um terceiro, talvez, é obter algum apoio no Senado, que vem derrubando um ou outro avanço que o governo consegue na Câmara colaboracionista de Arthur Lira (PP-AL). Não está fácil também: Rodrigo Pacheco (DEM-MG) devolveu a medida provisória das "fake news".

Além das mutretas orçamentárias a fim de aumentar despesas que rendam alguns pontos nas pesquisas, Bolsonaro e seus apaniguados cozinham providências de apelo popular. No final de semana, liberou o aumento do número de pessoas que podem pagar tarifa social de energia, um caraminguá que pode beneficiar um décimo do eleitorado, pelo menos. Nesta semana, divulgou o projeto de dar subsídio para que militares, policiais e guardas comprem casa própria, o que não tem alcance lá muito significativo, em números, mas satisfaz em parte o rebanho nos quarteis.

Seu governo ou "seu banco" (a Caixa) prometem explicar em breve um programa de microcrédito para dezenas de milhões -como não se sabe do que se trata, não é possível dizer nem se terá efeito político relevante. O presidente da Caixa, Pedro Guimarães, também prometeu baixar a taxa de juros para financiamento de residências, agora, que as taxas nos bancos privados estavam para subir. Já vimos isso antes.

Bolsonaro precisa arrumar algum dinheiro no Orçamento para ao menos engordar o Bolsa Família e para pagar o aluguel do centrão, emendas parlamentares. Precisa, pois, de um arranjo com o Supremo ou também com o Senado para dar um calote provisório nessa despesa extra de uns R$ 30 bilhões em 2022 ou decretar que parte da despesa com precatórios é "extrateto", não estoura o limite legal anual de gasto.

Ainda que passe essa gambiarra, a **inflação** em alta tem aumentado a despesa prevista para 2022 (o gasto com reajuste de benefício da Previdência, por exemplo, cresce). Logo, mesmo com mutreta nos precatórios, vai faltar dinheiro eleitoral. É possível, então, que o governo tente ao menos prorrogar o auxílio emergencial por meio de abertura de "crédito extraordinário" (despesa imprevista, extrateto), o que pode dar em rolo jurídico.

Mas é pouco. O governo pode tentar mutreta maior. De qualquer modo, mesmo as gambiarras já previstas vão amolar os credores do governo, que vão cobrar juros mais altos pelos empréstimos ou também dar o fora do país (encarecendo o dólar). Os credores, boa parte de "o mercado", podem se amolar com outras perdas de receita.

Até o ministério da Economia diz, em público, que não tem problema o governo perder quase 0,5% do **PIB** em arrecadação, como pode acontecer caso passe no Senado esse monstrengo do IR. Para os esquisitos economistas de Bolsonaro, o governo estaria "devolvendo recursos para a sociedade" em um momento em que a receita de **impostos** tem vindo acima do esperado. Se um governo com déficit cobra menos imposto, vai ter de pegar mais empréstimos, fazer mais dívida e, pois, pagar mais juros aos mais ricos. Sim, no pensamento desejante dessa direita, baixar **impostos** pode estimular o crescimento, tanto que a receita cresce de modo a compensar a perda. Já vimos isso antes também.

Site:
https://acervo.folha.com.br/digital/leitor.do?numero=49669

Congressistas querem mudar Bolsa Família elevando gastos

Thiago Resende Bernardo Caram

Congressistas da base do governo, independentes e da oposição tentam alterar a medida provisória que cria o Auxílio Brasil, nome dado ao programa que substitui o Bolsa Família. As propostas elevam gastos com o programa.

Há tentativas para que seja criado um valor mínimo a ser repassado para as famílias vulneráveis, além de emendas para que sejam criados mais auxílios do que o pretendido pelo governo.

O orçamento do programa previsto para o próximo ano é de R$ 34,7 bilhões. Esse é o mesmo valor reservado para 2021 e, na prática, representa uma queda, pois não haveria reajuste pela **inflação**.

Além disso, a verba é suficiente apenas para atender as pessoas que atualmente já estão dentro do Bolsa Família -sem previsão, portanto, de inclusão das 1,2 milhão de famílias na fila de espera.

O governo precisa encontrar mais dinheiro no Orçamento para conseguir ampliar a cobertura atual, que é de 14,7 milhões de famílias.

A oposição quer que a proposta de criação do Auxílio Brasil já deixe claro que cada família receberá um valor mínimo. Esse patamar defendido por congressistas do PT é de R$ 600 por mês.

O governo é contrário a um valor fixo. Além disso, o benefício hoje do Bolsa Família é de aproximadamente R$ 190 mensais.

Ministros da equipe do presidente Jair Bolsonaro (sem partido) afirmam que o objetivo é elevar essas transferências para uma faixa próxima de R$ 300. Esse aumento, porém, depende da ampliação do orçamento do Auxílio Brasil.

Aliado de Bolsonaro, o senador Marcos do Val (Podemos-ES) apresentou uma emenda ao projeto para que não exista mais fila de espera. Na prática, isso elevaria as despesas do governo.

A fila de espera se forma porque a verba do Bolsa Família tem ficado menor que o necessário para atender a todos que tiveram o cadastro analisado. Nessa análise é verificado se a família se enquadra nos critérios de renda de pobreza ou de extrema pobreza.

"É justo que o Auxílio Brasil seja uma despesa obrigatória de fato. Quem comprovou que precisa recebe. Afinal, estamos falando de uma despesa que não ocupará mais que 3% do Orçamento", disse o senador.

O Auxílio Brasil foi criado por MP, que tem efeito imediato, mas precisa do aval do Congresso até o início de dezembro para não perder a validade. A MP recebeu mais de 460 emendas de deputados e senadores.

O líder do MDB no Senado, Eduardo Braga (AM), propôs que a lei do Auxílio Brasil já estabeleça que os beneficiários recebam uma 13ª parcela no fim de cada ano. Braga tem adotado uma postura independente ao governo nas votações e lidera a maior bancada da Casa.

Na campanha presidencial, Bolsonaro prometeu que criaria o 13º para beneficiários do Bolsa Família. O pagamento foi feito apenas em 2019.

Por causa da pandemia, o governo elevou temporariamente os gastos com programas sociais, mas sem a liberação do 13º.

Há outras propostas de aliados do governo, como a do senador Chico Rodrigues (DEM-RR), que cria o auxílio esporte escolar. O deputado Ottaci Nascimento (Solidariedade-RR) sugere que família monoparental receba o dobro do valor do benefício.

Essas alterações elevariam os custos do programa social e pressionariam ainda mais o governo a buscar verba para poder cumprir promessas de Bolsonaro na área.

Entre as emendas que buscam criar benefícios adicionais, está a proposta pela deputada Aline Sleutjes (PSL/PR). O texto prevê que mulheres agricultoras que sejam mães solteiras recebam o Auxílio Brasil em dobro.

"A intenção primordial da emenda apresentada é garantir uma renda mínima à provedora agricultora

familiar que comercializa sua produção através de feiras livres", disse na justificativa da emenda.

Ao defender a aprovação da emenda, a deputada não apresentou a estimativa de custo para implementação da medida.

Há ainda propostas para incluir na lei uma obrigatoriedade de reajuste dos benefícios pelo governo. Emenda da senadora Zenaide Maia (Pros-RN) assegura correção anual dos benefícios e dos valores referenciais para caracterizar a situação de pobreza.

Pelo texto apresentado pela deputada, os valores seriam atualizados anualmente com base na variação do INPC (Índice Nacional de Preços ao Consumidor), garantindo a manutenção do poder de compra do benefício.

Atualmente, o Bolsa Família não é vinculado a nenhum índice. Portanto, o governo não é obrigado a fazer reajustes nos valores repassados às famílias.

Para abrir espaço no Orçamento de 2022, a equipe econômica busca uma solução para a forte expansão de precatórios, dívidas do governo reconhecidas pela Justiça e que não permitem recurso. Essa conta passou de R$ 54 bilhões neste ano para R$ 89 bilhões no próximo ano.

O ministro Paulo Guedes (Economia) enviou uma PEC (proposta de emenda à Constituição) ao Congresso para parcelar parte dessas despesas e criar um fundo com gastos fora das regras fiscais, mas o texto sofre com resistência de congressistas e especialistas.

Uma solução alternativa em negociação prevê que o CNJ (Conselho Nacional de Justiça) module esses pagamentos, estabelecendo um teto de R$ 39,9 bilhões em 2022.

A medida abriria espaço suficiente no Orçamento para viabilizar o Bolsa Família turbinado. No entanto, o desfecho para a tratativa, coordenada pelo presidente do STF (Supremo Tribunal Federal), ministro Luiz Fux, agora é incerto.

As dúvidas foram ampliadas depois que Bolsonaro intensificou ataques a membros da corte e usou as manifestações do 7 de setembro para dar sugestões golpistas.

Como seria o Auxílio Brasil

Público Famílias em condição de extrema pobreza (renda mensal de até R$ 89 por pessoa) e famílias em condição de pobreza (renda mensal entre R$ 89 e R$ 178 por pessoa, segundo o padrão atual do governo) com gestantes ou pessoas com idade até 21 anos

Pagamentos Benefício Primeira Infância, para famílias com crianças de até 3 anos (pago por integrante nessa situação), Benefício Composição Família, para famílias com gestantes ou pessoas entre 3 e 21 anos (pago por integrante nessa situação), e Benefício de Superação da Extrema Pobreza, para famílias em situação de extrema pobreza (com valor mínimo por integrante)

Site:
https://acervo.folha.com.br/digital/leitor.do?numero=49669

Barulho político não deixa o dólar descer, afirma Guedes

Bernardo Caram

O ministro Paulo Guedes (Economia) afirmou nesta terça-feira (14) que o dólar deveria estar descendo, mas isso não ocorre porque o "barulho político" não deixa. Segundo ele, o câmbio de equilíbrio no país deveria ser entre R$ 3,80 e R$ 4,20.

Como mostrou a Folha, membros do Ministério da Economia vinham demonstrando preocupação com a radicalização de discursos do presidente Jair Bolsonaro, sob a avaliação de que os ataques feitos pelo mandatário impactam indicadores econômicos e o dólar, atingem diretamente a população e dificultam a retomada da atividade. Analistas de mercado compartilham dessa avaliação.

Em evento do BTG Pactual, Guedes disse que "os atores cometem excessos", citando como exemplo Bolsonaro e ministros do STF (Supremo Tribunal Federal). Para ele, o dólar deveria estar em outra trajetória.

"Estamos indo para meio trilhão de dólares de corrente de comércio com o mundo, nunca aconteceu antes, US$ 100 bilhões na balança comercial, nunca aconteceu antes. [.] Então, esse dólar já era para estar descendo mesmo, mas o barulho político não deixa descer", disse.

"Não tem problema. Mais tempo para as exportações, para nossa substituição de importações ir funcionando. Não tem problema, não temos pressa, o negócio é fazer a coisa certa", afirmou.

Segundo o ministro, o atual governo corrigiu fundamentos da economia ao alterar a trajetória de gastos públicos. Segundo ele, esse cenário levaria os juros a patamares mais baixos e o dólar a um valor um pouco mais alto. Para o ministro, no entanto, esse valor de equilíbrio deveria ser mais baixo atualmente.

"O câmbio de equilíbrio devia ser hoje uns R$ 4,00, R$ 3,80 se estivesse tudo normal", disse.

Nesta terça, a moeda americana operou em R$ 5,25.

No evento, Guedes afirmou que a democracia brasileira é resiliente e sofisticada. Para ele, as instituições são robustas o suficiente para corrigirem excessos.

"Os atores cometem excessos, às vezes o presidente sai do cercado, às vezes um ministro do STF prende pessoas, toda hora tem um que pula fora da cerca, dá um passeio no lado selvagem. O que acontece? As instituições se aperfeiçoam e convidam o cidadão a voltar para o cercadinho. São robustas as instituições", afirmou.

Guedes levou a plateia do evento aos risos ao afirmar que se tornou uma força moderadora.

"Eu era um cara agitado. Nunca pensei que, por falta de serenidade, eu fosse virar o sujeito moderado. Eu sou hoje uma força moderadora, estou impressionadíssimo, acho que estou muito velho", disse.

"Pelo amor de Deus, faltam dez meses para uma eleição. Nós vamos inventar o que agora? O presidente tem apoio popular grande e não cruzou a linha, obedeceu todas as instruções", completou o ministro.

BC não mudará plano a cada dado novo que sai, diz Campos Neto

Larissa Garcia

O presidente do BC (Banco Central), Roberto Campos Neto, afirmou que a autoridade monetária fará o necessário para levar a **inflação** de 2022 à meta, mas que isso não significa "mudar plano de voo" a cada divulgação de dados.

Com isso, o titular do BC indicou que, mesmo após a **inflação** de agosto surpreender para cima, o Copom (Comitê de Política Monetária) deve seguir o roteiro já sinalizado para a próxima reunião, em 21 e 22 de

setembro, e elevar a taxa básica de juros em um ponto percentual, a 6,25% ao ano.

"Temos um instrumento na mão que vai ser usado e entendemos que podemos levar a Se lie até onde precisar ser levada para que tenhamos convergência da meta no horizonte relevante. Mas também gostaríamos de dizer que isso não significa que o BC vai reagir ou alterar o plano de voo a cada dado de alta frequência que sai", disse Campos Neto em evento promovido pelo BTG Pactuai nesta terça (14)-

"Ou seja, algumas coisas a gente tem **comunicado**, já tinha antecipado, algumas coisas de disseminação [na **inflação**] estão um pouco piores de fato na ponta, mas temos um plano de voo que olha no horizonte mais longo. Isso não significa que não vamos atingir o objetivo de estabilizar a **inflação**, mas significa que não obrigatoriamente temos a necessidade de reagir a dados de alta frequência", completou.

Para 2021, há consenso no mercado e no BC de que a **inflação** deverá estourar a meta, fixada pelo CMN (Conselho Monetário Nacional) em 3.75% -com 1,5 ponto percentual de tolerância.

Hoje, o Copom já mira a **inflação** de 2022 e 2023, no chamado horizonte relevante, para quando o comitê entende que a política monetária pode fazer efeito, com metas de 3,5% e 3,25%, respectivamente.

Na semana passada, foi divulgado o I PC A de agosto, que alcançou a maior taxa para o mês em 21 anos - 0,87%.

Site:
https://acervo.folha.com.br/digital/leitor.do?numero=49669

Presidente do BC critica velocidade de reajustes de combustíveis da Petrobras

Larissa Garcia

O presidente do Banco Central, Roberto Campos Neto, criticou nesta terça-feira (14) a velocidade com que a Petrobras reajusta os preços dos combustíveis, produtos que vêm pressionando a **inflação**.

Ao falar sobre como a volatilidade no câmbio afeta a **inflação**, ele afirmou que a estatal repassa as variações aos combustíveis de forma muito mais rápida que em outros países.

"No Brasil o mecanismo é um pouco mais rápido [de repasse], lembrando que a Petrobras passa preços muito mais rápido do que grande parte dos outros países, a gente tem olhado isso também", afirmou Campos Neto nesta terça-feira (14), em evento promovido pelo BTG Pactual.

A Petrobras afirma em seu site que a política de preços que adota tem como base o preço de paridade de importação, que é formado por cotações internacionais e custos que importadores teriam para trazer combustível de fora ao Brasil, como transporte e taxas portuárias, além de margem para cobrir eventuais riscos.

Também nesta terça, em audiência na Câmara dos Deputados, o presidente da estatal, Joaquim Silva e Luna, rebateu críticas e disse que o preço dos combustíveis inclui o custo de produção da empresa e que uma eventual intervenção estatal nos valores precisaria ser compensada pelos cofres públicos. Segundo ele, não há espaço para "aventura".

"A Petrobras é uma sociedade de economia mista sujeita a uma rigorosa governança. Não tem espaço para qualquer tipo de aventura dentro da empresa, não tem", afirmou, logo depois de apresentar cálculos sobre a composição do preço dos combustíveis.

A avaliação foi feita um dia após o presidente da Câmara, Arthur Lira (PP-AL), ter questionado o peso dos preços dos combustíveis no bolso dos consumidores e afirmado que a Petrobras deve ser lembrada de que seus acionistas são os brasileiros.

Em rede social, Lira escreveu na segunda-feira (13): "Tudo caro: gasolina, diesel, gás de cozinha. O que a Petrobras tem a ver com isso? Amanhã, a partir das 9h, o plenário vira Comissão Geral para questionar o peso dos preços da empresa no bolso de todos nós."

"A Petrobras deve ser lembrada: os brasileiros são seus acionistas", complementou, na mesma mensagem.

Os aumentos do preço da gasolina vêm pressionando o IPCA (índice oficial de preços). Em agosto, o índice avançou 0,87%, a maior taxa em 21 anos. Oito dos nove grupos de produtos e serviços pesquisados pelo IBGE subiram em agosto, com destaque para o segmento de transportes. Puxado pelos combustíveis, esse ramo registrou a maior variação (1,46%) e o maior impacto (0,31 ponto percentual) no índice geral do mês.

Bolsonaro tem sido constantemente cobrado pelo encarecimento dos combustíveis e do gás de cozinha. Em alguns locais do país, o litro da gasolina já chega a R$ 7, enquanto o botijão de gás de cozinha passa de R$ 100.

No evento do BTG, Campos Neto afirmou ainda que a alta no preço das commodities associada a elevação do dólar também pressionou a **inflação**.

"Tivemos um processo em que a parte de commodities pegou mais rápido e veio junto com a desvalorização no câmbio, que fez com que preços de commodities em reais ficassem maior no país", disse.

O titular do BC falou ainda sobre os choques climáticos. "Tivemos problemas de dinâmica interna, um problema hídrico. A parte climática afetou bastante, tivemos uma onda de calor na América do Sul, depois geada e depois chuvas. Problemas

climáticos têm impactos na **inflação**, a realidade está mostrando, no nosso caso foram consecutivos", ressaltou.

Sobre o câmbio, Campos Neto disse que teve maior volatilidade em 2020 e que, neste ano, parte da variação está associada "a uma compra estrutural no fim do ano", em referência ao chamado overhedge, proteção cambial adicional adotada por bancos que precisa ser desfeita na virada no ano e implica compra de dólares.

"O BC vai ter que atuar para fazer frente a essa demanda pontual", avaliou.

Site:
https://acervo.folha.com.br/digital/leitor.do?numero=49669

BC diz que leva Selic "aonde precisar" e mercado reduz projeções da economia

Adriana Fernandes / BRASÍLIA

Derreteram rapidamente as projeções de bancos e consultorias para o crescimento do Produto Interno Bruto (**PIB**), e já há apostas de alta só de 0,4% em 2022. Não está descartada a possibilidade de uma pequena recessão no rastro do aperto maior de juros que o Banco Central (BC) está tendo de fazer para debelar a alta persistente dos preços.

O cenário de esfriamento da atividade econômica é uma ducha de água fria para o presidente Jair Bolsonaro, que já esperava chegar ao ano eleitoral com o **PIB** em franca recuperação.

Essa segunda forte onda de revisão das previsões de **PIB** foi puxada ontem pelo Itaú Unibanco, que cortou numa tacada um ponto porcentual da sua estimativa de crescimento para 2022, de 1,5% para 0,5% (mais informações na página B3).

A consultoria MB Associados, com larga experiência no acompanhamento do "Brasil real", foi ainda mais agressiva no corte da previsão do **PIB**, que passou de 1,4% para 0,4%. A XP Investimentos reduziu de 1,7% para 1,3%, e o Banco BV de 1,8% para 1,5%.

Na última segunda, o BTG já tinha baixado a previsão para o próximo ano de 2,2% para 1,5%, com juros mais altos, por volta de 8,5%, para reduzir a alta de preços. Se a taxa Selic subir além de 8,5%, o BTG avalia que terá de reduzir mais uma vez o crescimento de 2022.

O Santander também está em processo de revisão do **PIB**, com projeção nova marcada para sair amanhã. O banco está com uma estimativa atual de alta de 2%, que deve cair. Até anteontem, a pesquisa Focus do BC (feita com os analistas do mercado financeiro) apontava uma alta do **PIB** mais próxima de 2%, em 1,72%.

Pressionado pelo mercado e pelo governo com a disseminação e a persistência da **inflação**, o presidente do BC, Roberto Campos Neto, disse que vai levar a Selic "aonde precisar" para controlar a alta de preços, mas que não vai mudar o "plano de voo de política monetária" a cada número novo de alta frequência de **inflação** divulgado.

"Não tem puxador de **PIB**.

Não é fora de propósito uma pequena recessão no ano que vem.

Não dá mais tempo para mudar", disse ao Estadão o economista José Roberto Mendonça de Barros, da consultoria MB Associados.

O diagnóstico é ruim: as exportações não vão aumentar mais, o crédito está pressionado pelos juros em alta, o consumo esfriando e os investimentos continuarão baixos.

A agricultura, que teve crescimento no primeiro trimestre porque a safra de verão da soja foi muito boa, já não responde da mesma forma. Para complicar, a seca e três geadas num único mês piorou o quadro, que se juntam aos efeitos da crise hídrica e uma difusão da **inflação** acima de 70%. A previsão da MB para a Selic - que estava um pouco acima de 6% - agora é de 8,3%.

Com a entrada da nova bandeira de energia em setembro, prevê Mendonça de Barros, o IPCA deve fechar em 1% no mês e no acumulado em 12 meses passar de 10%. Para ele, o BC vem correndo "atrás da curva" - termo usado no jargão do mercado para dizer que está atrasado no processo de alta - desde o ano passado e vai agora puxar os juros para cima.

Segundo o economista da XP Rodolfo Margato, o

principal fator que levou a redução da estimativa de **PIB** para 1,3% foi o aperto da política de juros mais intenso para o controle da **inflação**.

A XP elevou a expectativa de juros de 7,25% para 8,5%. "Essas altas corroem as condições de financiamento, o que pesa sobre os níveis de investimento e consumo, especialmente de bens duráveis", diz Margato.

Já o ministro da Economia, Paulo Guedes, chamou de "rolagem de desgraça" o pessimismo de economistas. Ele disse que, não fosse o que ele chama de "barulho político", o câmbio de equilíbrio no Brasil estaria hoje entre R$ 3,80 e R$ 4,20 - a moeda americana fechou ontem em R$ 5,26. "Esse dólar já era para estar descendo, mas barulho político não deixa descer. Não tem problema (dólar mais alto), mais tempo para exportações.

O importante é continuar fazendo tudo certo", afirmou, em evento promovido pelo BTG Pactual.

Site: http://digital.estadao.com.br/o-estado-de-s-paulo

"Incerteza fiscal preocupa mais do que as eleições"

Vinicius Neder / RIO

A piora na projeção para a **inflação**, principalmente neste ano, mas também no próximo, é a principal responsável pela revisão para baixo nas estimativas de crescimento do Itaú para 2022, explicou Mário Mesquita, economista-chefe da instituição financeira e ex-diretor do Banco Central (BC). O economista não incorporou no cenário "grandes estresses pré-eleitorais", mas observa que dúvidas a respeito do arcabouço fiscal brasileiro se traduzem em juros de mercado mais elevados.

Leia trechos da entrevista.

l Por que, ao revisar a projeção de crescimento econômico em 2022 para apenas 0,5%, o Itaú destacou o efeito da alta de juros?

A grande revisão que a gente fez foi de **inflação** (para cima).

Por conta disso, tivemos que fazer uma revisão também do cenário de política monetária. Tínhamos os juros (a taxa básica Selic) terminando o ciclo (com altas até fevereiro de 2022) em 7,5% (ao ano, ante 5,25% ao ano, atualmente). Agora, temos 9%.

Vemos também a economia mundial crescendo um pouco menos no ano que vem do que esperávamos antes. É uma ajuda menor que vamos receber da economia global. E, apesar do ruído todo sobre novos programas sociais, ainda achamos que o novo Bolsa Família vai ter um montante menor do que a soma hoje em dia do auxílio emergencial com o atual Bolsa Família. Então, vamos ter uma redução do impulso fiscal (efeito dos gastos públicos na atividade econômica) também.

l Como o risco político-institucional, incluindo a possibilidade de eleições não serem reconhecidas, entra no cenário?

Não incorporamos grandes estresses pré-eleitorais no cenário, por ora, mas observamos que as dúvidas que existem a respeito do arcabouço fiscal brasileiro, mais especificamente do teto de gastos (regra que limita o gasto público federal de um ano ao mesmo valor do ano anterior, corrigido apenas pela **inflação**), acabam se traduzindo em juros de mercado mais elevados.

Isso não é bom para a atividade econômica. Venham de onde vierem, dúvidas sobre o arcabouço fiscal brasileiro acabam afetando a atividade econômica, mesmo mais de um ano antes da eleição. A preocupação maior é muito mais com isso do que com o cenário eleitoral.

l As incertezas sobre qual será a política econômica do próximo governo não atrapalham?

Há muita incerteza sobre isso.

Os pré-candidatos não estão entrando em detalhes sobre política econômica. Prefiro não me precipitar e já sair alterando projeções em função de fatores que estão ainda tão incertos.

l A dúvida sobre isso não reduz o crescimento em 2022?

Incerteza em geral, não só associada à eleição, mas também a outros fatores, como a crise hídrica e o próprio ritmo da economia global, não ajuda projetos de investimentos, decisões de gastos mais vultosos.

Ao longo do processo eleitoral, imagino que os vários candidatos vão apresentar suas prioridades, suas preferências em termos de política econômica.

Então, a incerteza vai acabar sendo dirimida.

l Como a crise hídrica entra no cenário?

A alta do preço de energia foi um dos fatores que levaram a elevar a projeção de **inflação**.

Então, ela já está influenciando o nosso cenário. Não trabalhamos, no nosso cenário básico, com racionamento. Ainda achamos que é uma probabilidade limitada, de uns 10%. Se formos para uma redução obrigatória do consumo de energia, a experiência de 2001 sugere uma elasticidade de um para cinco. Então, cada ponto porcentual de redução obrigatória do consumo de energia tira 0,2% (de crescimento do **PIB**).

l O sr. citou incertezas fiscais, mas o relatório de revisão das projeções menciona os gastos públicos como um fator a frear o crescimento econômico. Como um desequilíbrio maior das contas públicas poderia atrapalhar o crescimento?

A nossa fragilidade fiscal é relevante e faz com que aumentos de gastos fora do teto possam gerar tal reação nos preços de ativos, na curva de juros (com alta dos juros de mercado), que a demanda que você injeta (por meio da eventual elevação de gastos públicos) com uma mão o mercado retira com a outra. Aí, ficamos sem impacto relevante no **PIB**. Isso é algo que pode perfeitamente ocorrer num país com os problemas fiscais que o Brasil tem.

No ano que vem, embora esperemos menos impulso do lado do gasto público, esperamos que a dívida pública volte a crescer. Isso reforça que temos uma fragilidade fiscal bastante relevante.

l A alta do juro conseguirá baixar a **inflação** ano que vem?

Se o BC levar a taxa de juros para a 9%, a política monetária vai conseguir trazer a **inflação** para baixo. O câmbio não deve ser um fator de pressão adicional.

Os preços de commodities internacionais (matérias-primas negociadas globalmente) também não deverão adicionar pressão. Não é visão consensual no mercado, mas vemos um processo inflacionário em que esses itens, que mais vêm pressionando a **inflação**, deixariam de ser vilões e contribuiriam para a desinflação.

São os preços de bens comercializáveis, até com a regularização de alguns gargalos de produção, que, independentemente da política monetária, (essas reduções) vão acabar acontecendo.

Pé no freio

"Vemos também a economia mundial crescendo um pouco menos no ano que vem do que esperávamos antes.

É uma ajuda menor que vamos receber da economia global."

Site: http://digital.estadao.com.br/o-estado-de-s-paulo

Com alta da Selic, bancos vão aumentar juro da casa própria

IVAN MARTINEZ-VARGAS
ivan.martinezvargas@edglobo.com.br SÃO PAULO

Veja a matéria no site de origem:

https://infoglobo.pressreader.com/o-globo

Site: https://infoglobo.pressreader.com/o-globo

Moderação de Bolsonaro é vista com ceticismo nos partidos

Ricardo Mendonça

Veja a matéria no site de origem:

https://www.valor.com.br/virador/?valor_pro=1#/edition/187006?page=1&section=1

Site:
https://www.valor.com.br/virador/?valor_pro=1#/edition/187006?page=1&section=1

Lula diz que cenário atual pede um político para comandar a economia

Andréa Jubé e Luísa Martins

Veja a matéria no site de origem:

https://www.valor.com.br/virador/?valor_pro=1#/edition/187006?page=1&section=1

Site:
https://www.valor.com.br/virador/?valor_pro=1#/edition/187006?page=1&section=1

Lira e ala do centrão tentam resgatar a quarentena em reforma eleitoral

O presidente da Câmara, deputado Arthur Lira (PP-AL), participa de comissão nesta terça-feira (14) Pedro Ladeira/Folhapress

Danielle Brant e Ranier Bragon brasília

Com articulação do presidente da Câmara, Arthur Lira (PP-AL), líderes do centrão tentam incluir novamente a quarentena de cinco anos para juízes e membros do Ministério Público no texto do novo Código Eleitoral.

Para valer, no entanto, a medida precisa ser aprovada tanto pela Câmara quanto pelo Senado e sancionada pelo presidente Jair Bolsonaro (sem partido).

A articulação foi discutida nesta terça-feira (14) e a votação na Câmara deverá ser concluída nesta quarta (15). A proposta para instituir a quarentena eleitoral para juízes e integrantes do Ministério Público foi derrubada por três votos na última quinta-feira (9): foram 254 votos a favor da medida, eram necessários ao menos 257.

Por causa disso, líderes partidários argumentaram que seria incoerente manter a restrição para militares e policiais ao mesmo tempo em que era liberada a candidaturas de magistrados. Todas as quarentenas acabaram caindo, por consequência.

A quarentena visa evitar a politização da categoria. A proposta inicial no código eleitoral era de que vigorasse já para as eleições de 2022, mas a resistência de partidos de centro-direita criou uma regra para que fosse implementada apenas a partir de -2026.

A emenda aglutinativa inicialmente também previa a entrada em vigor a partir de 2022, mas os deputados mudaram e decidiram que, se aprovada, valerá apenas a partir da eleição de 2026.

A manobra desta terça, porém, prevê apenas a retomada da medida restritiva para juízes e integrantes do Ministério Público.

O centrão, que comanda hoje a Câmara, foi um dos principais alvos da Operação Lava Jato. Os deputados acusam o ex-juiz e ex-ministro da Justiça Sérgio Moro, cujo nome é apontado como pré-candidato à Presidência, de usar o cargo para se promover politicamente.

A tentativa de devolver a quarentena eleitoral ao texto passa por uma emenda aglutinativa que vai unir destaques -propostas de modificação ao texto- do PSDB e do Solidariedade. O texto é assinado pelo deputado Cacá Leão (PP-BA), líder do partido de Lira. Leão coletava assinaturas para apresentar a proposta.

De acordo com o texto da emenda aglutinativa, "ficam inelegíveis, nas eleições federais, estaduais e municipais, os magistrados ou membros do Ministério Público que não tenham se afastado definitivamente de seus cargos e funções até 5 (cinco) anos anteriores ao pleito".

A iniciativa lembra manobra adotada pelo ex-presidente da Câmara Eduardo Cunha (MDB-RJ) em 2015, também em uma votação de **reforma política**. Após o plenário da Casa rejeitar a volta do financiamento privado das campanhas, Cunha quebrou um acordo político e decidiu colocar a proposta novamente em votação no dia seguinte.

A deputada Adriana Ventura (Novo-SP) critica a manobra. "Absurdo tentar resgatar a quarentena de juízes e membros do Ministério Público, que já foi rejeitada por este plenário. A matéria já está vencida e não vamos aceitar essa manobra regimental." Já a presidente do Podemos, Renata Abreu (SP), vai apresentar uma questão de ordem argumentando que a emenda aglutinativa viola o regimento. "De início, cabe ressaltar que a emenda que previa a quarentena teve seu destaque retirado, de modo que passa a integrar o grupo de emendas já deliberadas e considerada, portanto, prejudicada", afirma.

"Assim, conforme preconiza o regimento interno da Câmara dos Deputados, que exige que a parte aglutinada não tenha sido deliberada, a emenda aglutinativa deve ser indeferida", completa Abreu.

O texto-base do novo Código Eleitoral foi aprovado na última quinta por 378 votos a favor e 80 contrários. Esse é o principal projeto do pacote eleitoral liderado por Lira e relatado por uma de suas principais aliadas, Margarete Coelho (PP-PI).

Entre as várias modificações debatidas a toque de caixa pelos deputados e previstas no texto-base estão a censura a pesquisas eleitorais e a fragilização de normas de transparência, fiscalização e punição de políticos e partidos por mau uso das verbas públicas. Há ainda a proposta de reduzir o poder da Justiça Eleitoral de regulamentaras eleições.

Em seus cerca de 900 artigos, o projeto estabelece que pesquisas eleitorais só possam ser divulgadas até a antevéspera da eleição.

O texto determina ainda que os institutos que fazem esses levantamentos informem um percentual de acertos das pesquisas realizadas pela entidade ou empresa nas últimas cinco eleições. O dispositivo é criticado por especialistas, que lembram que as pesquisas retratam a realidade de determinado momento, não o voto dado na urna.

Há um destaque do Cidadania que ainda não votado e visa suprimir do projeto justamente a censura à publicação das pesquisas eleitorais.

-

Senado afrouxa lei e permite candidato com contas rejeitadas

O plenário do Senado aprovou nesta terça-feira (14) um projeto que flexibiliza a Lei de Inelegibilidade para permitir que detentores de cargos públicos possam se candidatar mesmo quando tiverem as contas julgadas irregulares, desde que tenham sido punidos apenas com multa, sem imputação de débitos.

A proposta segue para a sanção do presidente Jair Bolsonaro, o que precisa ocorrer até 2 de outubro para valer em 2022. Atualmente, os gestores ficam inelegíveis por oito anos quando têm as contas rejeitadas por ato doloso de improbidade administrativa e por decisão irrecorrível.

A iniciativa sofreu pouca resistência no Senado. Foram49 votos a favor e 24 contrários.

Rara o relator da matéria, senador Marcelo Castro (MDB-PI), a mudança é necessária para que "não se cometam injustiças". "Nós não podemos, no meu entendimento modesto, condenar à morte política, porque são oito anos de inelegibilidade -todos nós sabemos quanto é árdua a vida do político-, depois de oito anos essa pessoa voltar às lides políticas simplesmente porque houve um erro formal", acrescentou.

Uma das parlamentares a se posicionar contra foi Soraya Thronicke (PSL-MS). Para a senadora, a mudança poderá prejudicar a Lei da Ficha Limpa. "O objetivo oculto é deixar uma brecha para impedir a inelegibilidade, mesmo em circunstâncias graves, o que muitos usam de má-fé e acabam prejudicando os políticos de boa-fé", afirmou.

O senador Alessandro Vieira (Cidadania-SE) apresentou uma emenda para vedar a inelegibilidade somente aos casos em que as irregularidades na prestação de contas não resultassem em danos aos cofres públicos. A maioria do Senado, porém, votou contra.

"Cabe ressaltar que a emenda que previa a quarentena teve seu destaque retirado, de modo que passa a integrar o grupo de emendas já deliberadas e considerada, portanto, prejudicada" Renata Abreu presidente do Podemos (SP)

Site:
https://acervo.folha.com.br/digital/leitor.do?numero=49669

Relatora no Senado emite parecer contrário à volta das coligações

PAULO CAPPELLI, BRUNO GÓES E JULIALINDNER - BRASÍLIA

Veja a matéria no site de origem:

https://infoglobo.pressreader.com/o-globo

Site: https://infoglobo.pressreader.com/o-globo

Golpe de Estado "é absolutamente inviável", diz Temer

André Guilherme Vieira

Veja a matéria no site de origem:

https://www.valor.com.br/virador/?valor_pro=1#/edition/187006?page=1&section=1

Site:
https://www.valor.com.br/virador/?valor_pro=1#/edition/187006?page=1&section=1